



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO - GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUCAS RAMIRO SOARES FERNANDES

A UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL: REFLEXÕES
ACERCA DO PAPEL DAS UNIVERSIDADES LATINO-AMERICANAS NA
SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO.

FORTALEZA

2022

**A UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL: REFLEXÕES
ACERCA DO PAPEL DAS UNIVERSIDADES LATINO-AMERICANAS NA
SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO.**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- D622i Diógenes, Ciro Lúcio Freire Diógenes.
Indicadores de dívida pública: visão tradicional e novas métricas / Ciro Lúcio Freire Diógenes Diógenes. –
2022.
32 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Sylvio Antonio Kappes.
1. Dívida pública . 2. Dívida/PIB. 3. Sustentabilidade. I. Título.

CDD 330

**A UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL: REFLEXÕES
ACERCA DO PAPEL DAS UNIVERSIDADES LATINO-AMERICANAS NA
SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO.**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

Data da aprovação ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Inez Silvia Batista Castro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso
Universidade Federal do Ceará (UFC)

**A UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL: REFLEXÕES
ACERCA DO PAPEL DAS UNIVERSIDADES LATINO-AMERICANAS NA
SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO.**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

Data da aprovação ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Inez Silvia Batista Castro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha mãe, meu pai, minha irmã e meu irmão.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus por todas as bênçãos recebidas na minha vida, pelas pessoas incríveis que foram colocadas na minha trajetória e por sempre me iluminar mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço a minha família por todo amor e apoio que sempre me foi dado.

Agradeço aos meus amigos e amigas que a Faculdade de Economia me deu, sem eles não poderia e não teria conseguido chegar até aqui. Em especial, agradeço meu grande amigo Bruno, não tenho palavras para descrever toda parceria e apoio que ser humano incrível me proporcionou.

Agradeço a militância nos movimentos sociais e no movimento estudantil, que me propiciaram fomentar uma visão crítica da sociedade que carrego e sempre irei carregar comigo.

Ao PROGEPA que me mostrou que a universidade pode ser sim braço de resistência e colaborar na construção de uma nova sociedade.

Agradeço ao Prof. Dr André Vasconcelos Ferreira, não somente pela orientação deste trabalho, mas a toda parceria e ensinamentos durante minha trajetória na universidade.

Agradeço à Profa. Dra. Inez Silvia Batista Castro e ao Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso pelas valorosas contribuições a este trabalho.

Agradeço também a todas as pessoas de que uma forma ou de outra contribuíram com essa minha jornada, tenho um enorme sentimento de gratidão a todos que encontrei nessa caminhada e marcaram esse trecho da minha história.

“Em nossa época, o cientista precisa tomar consciência da utilidade social e do destino
prático reservado a suas descobertas.”

Florestan Fernandes

RESUMO

O presente trabalho busca compreender qual o papel das universidades na superação do subdesenvolvimento na América Latina. Dessa forma, para atingir esse objetivo será feita uma pesquisa bibliográfica que se iniciará com uma análise da participação das universidades no desenvolvimento nacional de países do centro capitalista após a Revolução Industrial, verificando assim se essas instituições realmente podem servir de motor ao desenvolvimento. Em seguida, para avançar na compreensão das características das universidades latino-americanas será feito um diagnóstico destas a partir do arcabouço teórico proposto por Darcy Ribeiro. Segundo este autor as universidades da América Latina enfrentam uma crise múltipla que se caracteriza através de aspectos conjunturais, políticos, estruturais, intelectuais e ideológicos, com isso, ainda segundo o autor, dois são os caminhos para superá-la: a modernização reflexa e o crescimento autônomo. Nessa perspectiva, o diagnóstico realizado busca compreender as condicionantes que levam as universidades latino-americanas a concretizarem projetos de desenvolvimento reflexo em suas nações. E por fim, iremos a realizar um diálogo entre os pensamentos de Darcy Ribeiro e o Florestan Fernandes que possuem perspectivas diferentes acerca da possibilidade das universidades latino-americanas servirem de motor para a superação do subdesenvolvimento. A partir das reflexões realizadas compreendemos que de fato as universidades podem desempenhar um importante papel nos processos de desenvolvimento, e na superação do subdesenvolvimento no caso latino-americano, contudo, estas não conseguem ser por si só motores do desenvolvimento, necessitando assim, estarem inseridas em um projeto político de desenvolvimento de maneira a atender aos interesses do desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Universidades, Subdesenvolvimento, América Latina e Desenvolvimento Nacional.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the role of universities in overcoming underdevelopment in Latin America. Thus, in order to achieve this objective, a bibliographic research will be carried out, which will begin with an analysis of the participation of universities in the national development of countries of the capitalist center after the Industrial Revolution, thus verifying if these institutions can really serve as an engine for development. Then, in order to advance in the understanding of the characteristics of Latin American universities, a diagnosis will be made based on the theoretical framework proposed by Darcy Ribeiro. According to this author, Latin American universities face a multiple crisis that is characterized through conjunctural, political, structural, intellectual and ideological aspects. From this perspective, the diagnosis carried out seeks to understand the conditions that lead Latin American universities to implement projects of reflex development in their nations. Finally, we will carry out a dialogue between the thoughts of Darcy Ribeiro and Florestan Fernandes who have different perspectives on the possibility of Latin American universities serving as an engine for overcoming underdevelopment. From the reflections carried out, we understand that in fact universities can play a great role in the processes of development, and in overcoming underdevelopment in the Latin American case, however, they cannot be engines of development by themselves, thus needing to be inserted in a political development project in order to meet the interests of national development.

Keywords: Universities, Underdevelopment, Latin America, and National Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Investimento em pesquisa e desenvolvimento como proporção do PIB, por região e países selecionados, 2014 e 2018.....	25
Figura 02 - Pesquisadores em tempo integral por milhão de habitantes, por região e países selecionados, 2014 e 2018.....	26
Figura 03 - Coautoria científica internacional, por região e países selecionados, 2015 e 2019.....	27

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL.....	18
3. DIAGNÓSTICO DAS UNIVERSIDADES LATINO AMERICANAS.....	23
3.1 CRISE CONJUNTURAL	24
3.2 CRISE POLÍTICA	28
3.3 CRISE ESTRUTURAL	30
3.3.1 Reforma Universitária de 1968 no Brasil	31
3.3.2 Reforma de Córdoba.....	34
3.4 CRISE INTELLECTUAL E IDEOLÓGICA	37
4. UNIVERSIDADE E O SUBDESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

A relação entre educação, economia e sociedade é algo que preocupa qualquer país, independente do seu estágio de desenvolvimento (ECHEVARRÍA, 1967). Nesse contexto, as universidades adquirem proeminência ao atuarem na formação de mão de obra qualificada, no aumento da produção científica no país e em atividades exercidas fora no meio universitário através da extensão, dentre outros papéis, se colocando como importantes polos de fomento ao desenvolvimento dos países. E mais, esse papel destacado das universidades no desenvolvimento nacional não vem de hoje.

Para Darcy Ribeiro, a universidade moderna se forma a partir do rompimento da sociedade europeia com o sistema feudal e se consolida junto do processo de desenvolvimento da Revolução Industrial. Com isso, as universidades abandonam uma longa tradição de ensino escolástico em prol de um saber científico e tecnológico, receptivas às renovações institucionais de caráter liberal levado a cabo pelas burguesias europeias (MÜLLER, 2020).

Contudo, essa mudança não ocorreu de forma igualitária em todas as sociedades industriais mais avançadas, as estruturas universitárias desses países foram moldadas segundo sua cultura e seus esforços para alcançar o desenvolvimento. Mas o que torna esses processos de desenvolvimento semelhantes é o fato de que os países hoje desenvolvidos não renunciaram em intervir no seu futuro, e essa ideia é o que levou a destacar a fundamental importância da educação enquanto energia impulsionadora para o desenvolvimento (ECHEVARRÍA, 1967).

Segundo SILVEIRA e BIANCHETTI (2016), “desde as origens do Estado moderno, a concepção de universidade é atravessada pelo caráter instrumental, no sentido de responder às demandas e aos tempos econômico, industrial, tecnológico e urbano da ordem capitalista” (P. 81). Ou seja, a universidade moderna foi moldada para responder os anseios das nações que estavam se formando e aderindo as transformações suscitadas pela Revolução Industrial.

Desde então, a universidade é um lugar privilegiado no que se refere a conhecer a cultura universal e as várias ciências, além de ser um espaço para criar e divulgar o saber, se encontrando, na sociedade civil, dentro de uma esfera da superestrutura mantendo vínculos com a política e a economia, servindo normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social. Além de poder cumprir papel destacado na formulação da política científica e tecnológica, mas também exerce um papel fundamental na crítica às teorias que buscam o desenvolvimento e no fornecimento de subsídios para a sua implementação e execução (WANDERLEY, 2017).

Na América Latina, o papel das universidades ganha destaque na tentativa de romper

com a dependência e auxiliar em um projeto próprio de desenvolvimento. Porém, para WANDERLEY (2017),

uma leitura das finalidades a que as universidades latino-americanas se propõem e que constam de seus estatutos daria uma impressão bastante positiva. Contudo, quando se pesquisa o cumprimento dessas finalidades e a carência de meios e recursos humanos e materiais, comprova-se uma enorme distância entre o desejado e o realizado. (p. 09)

Nessa perspectiva, tendo em vista que as universidades são instituições com potencial para fomentar o desenvolvimento dos países, bem como contribuir com a transformação social, compreender qual o papel destas instituições na superação do subdesenvolvimento na América Latina é um debate de fundamental importância. Dessa forma, o presente trabalho irá investigar essa questão para procurar responder se essas instituições, por si só, podem se tornar agentes de transformação social ao fomentarem o desenvolvimento das nações latino-americanas.

E para atingir esse objetivo, o trabalho será realizada utilizando uma pesquisa bibliográfica, que é baseada na investigação em material teórico sobre o assunto de interesse. Além disso, essa pesquisa proporciona a realização de uma abordagem reflexiva e crítica sobre o assunto, que é o objetivo desse trabalho (ALYRIO, 2009)

As etapas de realização desse trabalho, foram baseadas nas etapas propostas por LAKATOS E MARCONI (2002) para realização de uma pesquisa bibliográfica. Para as autoras esse tipo de pesquisa compreende oito fases distintas: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação e redação.

Na primeira parte deste trabalho, será realizada uma análise do papel social das universidades na história, resgatando sua origem e como sua estrutura foi se modificando para corresponder aos anseios das nações. Em seguida, iremos analisar os modelos de universidade alemão, francês, inglês e norte-americano para identificar qual foi o papel dessas estruturas universitárias no processo de desenvolvimento nacional dos países pós Revolução Industrial. Esses modelos foram escolhidos pois para CASTANHO (2002), estes são os modelos clássicos modernos de universidade.

Em seguida, voltando para América-Latina, iremos realizar um diagnóstico das universidades latino-americanas para aprofundar na compreensão de suas características. Essa análise será realizada a partir da Crise Múltipla descrita por Darcy Ribeiro. Para RIBEIRO (1969) as universidades da América Latina se defrontam com uma crise múltipla que se caracteriza através de aspectos conjunturais, políticos, estruturais, intelectuais e ideológicos.

A crise é conjuntural pois estas ao estarem inseridas em um período de revolução técnica-científica são constantemente desafiadas a auto superarem suas deficiências, para se

equipararem a outras universidades das nações adiantadas. A crise política se dá pelo fato de que as universidades estão inseridas em estruturas sociais conflituosas, existindo assim perspectivas divergentes acerca do papel e da função da universidade. A crise estrutural se baseia na ideia de que dentro do atual quadro institucional das universidades já não é possível resolver seus problemas, sendo necessárias reformas profundas. E por fim, a crise intelectual e ideológica está relacionada ao desafio de estudar a universidade para identificar as condicionantes necessárias para suas transformações, contudo, há divergência dentre a própria comunidade acadêmica quanto ao caráter dessas transformações.

Em decorrência dessa crise, RIBEIRO (1969) aponta dois caminhos distintos para superá-la: a modernização reflexa e o crescimento autônomo. A primeira é alicerçada na ideia de que com aperfeiçoamentos e inovações será possível aumentar a eficiência das universidades, ou seja, através da espontânea interação das relações é possível chegar a uma política modernizadora. A segunda identifica que enquanto a universidade operar de forma espontânea desempenhará um papel de manutenção das instituições sociais e das desigualdades, por isso, defendem um papel ativo no esforço da superação do atraso nacional.

A partir desse arcabouço teórico proposto por Darcy iremos aprofundar essa análise para buscar compreender quais as condicionantes que limitam as universidades latino-americanas a concretizarem projetos de desenvolvimento reflexo em suas nações.

E por fim, iremos verificar se as universidades latino-americanas podem servir de motor para a superação do subdesenvolvimento, e para isso iremos a realizar um diálogo entre os pensamentos de Darcy Ribeiro e o Florestan Fernandes que possuem perspectivas diferentes em torno do tema em questão.

2. A UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Pode-se dizer que as universidades são herdeiras das instituições de educação greco-romanas, e no ocidente tomaram forma durante a Idade Média, a partir das estruturas denominadas “*studia generalia*”. Estes eram lugares frequentados por estudantes vindo de todas as partes, e que para existirem necessitavam de uma licença do papa, do rei ou do imperador. Dentre as *studia generalia* mais conhecidas, destacaram-se as de Paris, Bolonha, Nápoles e Oxford (WANDERLEY, 2017).

Um dos objetivos dessas estruturas era aprofundar o conhecimento sobre o mundo, ao contrário do que faziam as estruturas de ensino existentes até então. Devido a consolidação e predominância do cristianismo no primeiro milênio d.C., o debate educacional se restringia a interpretar, e não avançar em novos conhecimentos, além de esclarecer por eruditos e não ampliar o número de conhecedores (BUARQUE, 2000).

Os estudantes e professores das *studia generalia* acharam vantajoso se agrupar em uma corporação legal, sendo assim, adotaram o termo *universitas*, que era uma expressão utilizada à época para se referir a qualquer associação legal, contudo, em poucas décadas essa expressão adquiriu um significado que utilizamos até hoje, o de “universidade”: uma associação entre alunos e professores visando avançar o conhecimento (BUARQUE, 2000).

Apesar do avanço que a universidade representou no debate educacional na época, estas ainda não representavam instituições comprometidas com o desenvolvimento das sociedades. Para o Wanderley (2017), as universidades medievais tinham sua tônica voltada para um fim em si mesmas, com a produção de um saber desinteressado, seu objetivo era formar uma elite aristocrática. Contudo, essas instituições foram se transformando através dos tempos conforme as novas condições impostas pela sociedade. E o episódio que marcou o desenvolvimento de uma nova ideia de universidade foi a Revolução Industrial.

A partir do desenvolvimento tecnológico que se seguiu a partir da Revolução Industrial, as universidades existentes não eram capazes de prover substrato tecnológico e nem as bases intelectuais necessárias para o novo regime produtivo, no sentido de prover mão de obra qualificada. Dessa forma, para suprir essas novas mudanças, foi necessário o surgimento de um novo paradigma acadêmico, conhecido como universidade científico-tecnológica (FILHO, 2008).

Nessa perspectiva, para RIBEIRO (1969) a universidade moderna é fruto da Revolução Industrial, e mais:

A universidade teve que desfazer-se da escolástica para substituí-la pela preocupação pelo saber científico e tecnológico, tornando-se receptiva às

renovações institucionais de caráter liberal requeridas pela burguesia e remodelar-se para servir a novos setores de interesses, para transmitir um saber novo, para criar novos valores e para dignificar novas tradições (P. 38)

A partir desse processo, se abre um novo contexto de ordem intelectual com vistas ao progresso, onde surgem várias obras sobre a educação, em geral, e a universidade, em particular (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016). Essa nova ordem intelectual vai moldar as novas formas de organização das universidades, dessa forma, paulatinamente as universidades vão se adequando aos processos de desenvolvimento econômico e social segundo as características peculiares de cada nação (WANDERLEY, 2017).

Contudo, ao analisarmos as estruturas universitárias de países como Inglaterra e França, que apesar de terem sido, pioneiros da revolução industrial, ordenando o mundo de acordo com seus interesses e implantando um sistema imperial de novo tipo, experimentaram uma renovação tecnológica pós revolução industrial de forma mais ou menos espontânea. Sendo assim, a universidade inglesa, como a francesa pouco tem a ensinar em relação aos modelos de estruturação universitária para um desenvolvimento tardio (RIBEIRO, 1969).

Segundo RIBEIRO (1969), na Inglaterra existem universidades tão diferentes umas das outras que dificilmente se pode falar em uma estrutura universitária tipicamente britânica. Talvez isso se deva pela concepção de universidade da camada dirigente desse país à época da Revolução Industrial. Segundo o Célebre Cardeal Newman, membro da hierarquia religiosa inglesa, provedora dos valores da camada dirigente da Inglaterra: “as universidades tem por objetivo ensinar a juventude, e não produzir livros, artigos e contribuições sem fim ou fazer alguma descoberta científica, filosófica ou artística” (CASTANHO, 2002). Segundo Sérgio Castanho (2002), as principais características desse modelo inglês são:

1) A universidade é escola, voltada para o ensino, não centro de pesquisa, interessado na produção do conhecimento. 2) O saber com que a universidade lida já vem constituído, pronto, não como algo a se construir e avançar. 3) A universidade, ao ensinar, está prestando um serviço à sociedade: há, portanto, uma sobreposição entre ensino e extensão. 4) O serviço que a universidade presta à sociedade é a preparação da sua elite dirigente. 5) Ao mesmo tempo, a universidade é guardiã dos valores da tradição, sobre os quais assenta a sociedade. (P. 36)

Já a Universidade Francesa embora representasse uma contraposição à universidade medieval, ao substituir as inclinações nominalmente humanistas para um novo humanismo baseado na ciência e comprometido com a problemática nacional, também substituiu a tradição universitária anterior por uma burocracia racional, seletiva e impessoal, com seus defeitos de

rotina e formalismo que tornaram cada vez mais difícil manter e incentivar a criatividade cultural (RIBEIRO, 1969).

Além disso, outras características do modelo universitário francês arrefeceram seu potencial transformador na sociedade, como a dissociação entre as universidades, que se dedicavam fundamentalmente ao ensino, e as “grandes escolas”, voltadas para a pesquisa e formação profissional de alto nível, ou seja, o modelo francês volta-se para a formação especializada e profissionalizante, via escolas isoladas (PAULA, 2002).

Um outro ponto importante a ser destacado é a manutenção e direção da Universidade Francesa pelo Estado, onde torna-se uma espécie de aparelho ideológico deste, com pequena autonomia frente aos poderes políticos, onde a própria *intelligentzia* francesa possuía forte vínculo com o Estado e com a política napoleônica (PAULA, 2002).

Já a Alemanha, que saiu atrás da Inglaterra e França na corrida pela industrialização, conseguiu empreender um esforço intencional para atingir a renovação tecnológica, com um papel destacado de suas universidades. Objetivando o desenvolvimento nacional, seu modelo de universidade surge em contraposição ao espírito napoleônico que dominava o modelo francês (RIBEIRO, 1969).

Enquanto o modelo francês atrelava a universidade ao jugo estatal, fazendo com que ela tivesse como propósito a formação profissional, transmitindo saberes gerados através da pressão da própria sociedade sobre a universidade, o modelo alemão buscava justamente o contrário, procurou fazer da sua universidade um espaço máximo de liberdade, sendo assim, queriam que suas universidades fossem uma espaço livre da pressão social para seus pesquisadores, gerando um conhecimento, inacessível à média da população, mas que acabaria se revertendo em benefícios à nação (CASTANHO, 2002).

Dessa forma, o modelo alemão desde o começo se comprometeu com a integração nacional, a incorporação da cultura alemã à nova civilização, estando ligada nitidamente a um esforço nacional de desenvolvimento (RIBEIRO, 1969). Também para Darcy Ribeiro (1969), esse processo se deu através da construção de uma ideologia explícita e do cultivo das ciências experimentais:

A ciência implantou-se na universidade antecipando-se, historicamente, à industrialização do país, pelo que, ao produzir-se esta, encontrou uma base de sustentação nos núcleos de ensino superior capacitados para formar os técnicos e cientistas que permitiriam criar uma química e uma metalurgia rapidamente desenvolvidas para competir com as antigas potências industriais. (P. 49)

A Alemanha conseguiu dessa forma se transformar tanto em uma potência industrial

como uma potência do ponto de vista cultural-universitário, através de uma política intencional de desenvolvimento atingido tardiamente (RIBEIRO, 1969).

Um outro exemplo de modelo universitário que logrou êxito através de um esforço intencional, realizando um processo de renovação e domínio tecnológico foi o modelo Estadunidense. Para RIBEIRO (1969), o surgimento do modelo universitário estadunidense ocorre no contexto da economia dual norte americana:

Escravagista de plantação, no Sul, e de colonos livres, organizados em comunidades tendentes à autossuficiência econômica, no Leste. A primeira, que era a verdadeira empresa colonial lucrativa, cresceria como a América Latina, dependente e retrógrada; a segunda, que era essencialmente uma solução para as pressões demográficas europeias que forçavam a exportação de mão-de-obra excedente, cresceu autônoma e cada vez mais competitiva em relação à metrópole. Era mais pobre que o Sul, porém mais igualitária e preocupada na criação de instituições de autogoverno, e, sobretudo, em semear escolas. Ali surgiram os típicos “colleges”, pelo seu caráter utilitarista e por seu sentido autêntico; a princípio pouco ambiciosos e amplamente diversificados, porém sempre locais, funcionais e capazes de americanizar todos os imigrantes que se somassem aos primeiros povoadores, integrando-os no mesmo sistema de valores. (P. 52)

Surgiu assim um sistema educacional apostado ao modelo francês. Ao invés de uma burocracia nacionalizadora, nos Estados Unidos se implantou um modelo que buscou preservar valores coparticipativos e integrar a nova geração a eles, além de possuírem estruturas facilmente adaptáveis às comunidades coloniais norte-americanas (RIBEIRO, 1969).

Podemos citar outras diferenças entre os modelos europeus. Enquanto a universidade alemã tinha como ponto de partida uma busca incessante de um conhecimento superior, o modelo norte-americano pensava a universidade como um ‘centro de progresso’, que preparasse os estudantes para a ação. Essa ação tinha como objetivo formar cidadãos ativos empenhados no progresso da nação. Ao contrário do pensamento dominante inglês que via na universidade apenas um lugar de preparo da sua elite (CASTANHO, 2002).

Algumas dessas universidades passaram a se aprimorar na investigação científica e se transformaram em grandes polos de desenvolvimento e tecnologia ao longo do XIX. Além disso, com investimentos estatais e de fundos privados, outras universidades mantiveram-se voltadas para a qualificação da mão-de-obra para o mercado de trabalho. E ao longo do século XX, as universidades norte-americanas realizam a aquisição sistemática de quadros intelectuais do mundo (MÜLLER, 2020).

A partir dessas experiências, podemos visualizar a importância das estruturas universitárias enquanto instrumentos de desenvolvimento da nova sociedade, agora capitalista, industrializada e com alto grau de domínio tecnológico. Além de evidenciar o papel da universidade moderna no desenvolvimento das nações, essa análise nos permite, segundo RIBEIRO (1969) compreender de que forma as universidades dos países desenvolvidos conseguiram atingir seus graus de eficiências atuais, é importante pois podem facilitar o cumprimento de certas funções universitárias, fazendo com que a universidade desempenhe um papel de aceleradora intencional da transformação social.

3. DIAGNÓSTICO DAS UNIVERSIDADES LATINO AMERICANAS

Acabamos de entender o papel fundamental que a universidade moderna teve nos processos de desenvolvimento de algumas nações do centro do capitalismo. Nessa perspectiva, dada a compreensão da sociedade e do Estado do seu potencial, lhes são feitas cada vez mais exigências, contudo, a universidade não parece preparada para defrontar esses desafios. Para SANTOS (2009), isso ocorre devido as restrições cada vez maiores de suas políticas de financiamento, numa perspectiva conjuntural, e devido a uma aversão à mudança, ocasionada por uma rigidez funcional e organizacional, numa perspectiva estrutural.

Essa tensão em torno da universidade se intensifica em países subdesenvolvidos, ou países da periferia capitalista. Na América Latina, verifica-se uma enorme distância entre o papel desejado das suas universidades e o realizado, sendo assim, com o não cumprimento das expectativas sobre a atuação dessas instituições, de tempos em tempos se promovem campanhas ou se elaboram projetos de reforma universitária. (WANDERLEY, 2017).

As universidades latino-americanas foram criadas com base no modelo da universidade francesa. Como vimos, as estruturas universitárias foram criadas com base nos anseios de cada nação com vista ao seu desenvolvimento, dessa forma, ao tentar-se transplantar o modelo francês para a América Latina, a universidade que aqui surge não corresponde aos anseios nacionais.

Além disso, para RIBEIRO (1969, p. 87-88),

Seria uma ilusão, entretanto, pensar que se adotou o modelo napoleônico em sua totalidade, já que sucedeu precisamente o contrário. Aquilo que caracterizava o sistema educacional da França imperial, foi precisamente seu conteúdo político de instituição centralizadora, de órgão monopolizador da educação geral, destinado a desfeudalizar e a unificar culturalmente a França para fazer do arquipélago de províncias uma nação culturalmente integrada na civilização industrial emergente. Isto não o herdaram as universidades latino-americanas. Somente herdaram a posição antiuniversitária fomentadora de escolas autárquicas, o profissionalismo, a erradicação da teologia e a introdução do culto positivista em relação às novas instituições jurídicas que regulavam o regime capitalista e seus corpos de autojustificação. Até mesmo estes valores foram degradados, já que ao serem transplantados não deram lugar a uma aceleração evolutiva, perpetuando os interesses do pacto oligárquico formado pelo patronato e o patriciado coloniais.

Sendo assim, o modelo francês que já não representava um avanço tão grande em relação a incorporação e assimilação das novas ciências e tecnologias, devido sua estrutura baseada em escolas autárquicas, também não foi e nem poderia ter sido implantada na sua totalidade. Nessa perspectiva, pode-se compreender que a universidade latino-americana já surge em meio a uma crise.

Para RIBEIRO (1969), as universidades latino américas se defrontam com uma crise múltipla que se caracteriza através de aspectos conjunturais, políticos, estruturais, intelectuais e ideológicos. Em decorrência dessa crise, Darcy aponta dois caminhos distintos para superá-la: a modernização reflexa e o crescimento autônomo. A primeira é alicerçada na ideia de que com aperfeiçoamentos e inovações será possível aumentar a eficiência das universidades, ou seja, através da espontânea interação das relações é possível chegar a uma política modernizadora. A segunda identifica que enquanto a universidade operar de forma espontânea desempenhará um papel de manutenção das instituições sociais e das desigualdades, por isso, defendem um papel ativo no esforço da superação do atraso nacional.

Nessa perspectiva, iremos fazer um diagnóstico, a partir da múltipla crise indicada por Darcy Ribeiro, da Universidade Latino-americana para compreender os desafios em adotar um projeto de crescimento autônomo.

3.1 CRISE CONJUNTURAL

Para Darcy Ribeiro (1969, p. 7), a crise é conjuntural:

na medida em que deriva, em grande parte, do impacto das forças transformadoras que vêm atingindo todas as universidades do mundo como efeito da transição de uma civilização de base industrial a uma nova civilização. Nesta transição, aos impactos da revolução industrial se somam, aparentemente, os desafios de uma nova revolução científica e tecnológica, a revolução termonuclear, cuja capacidade de transfiguração da vida humana parece ser infinitamente maior.

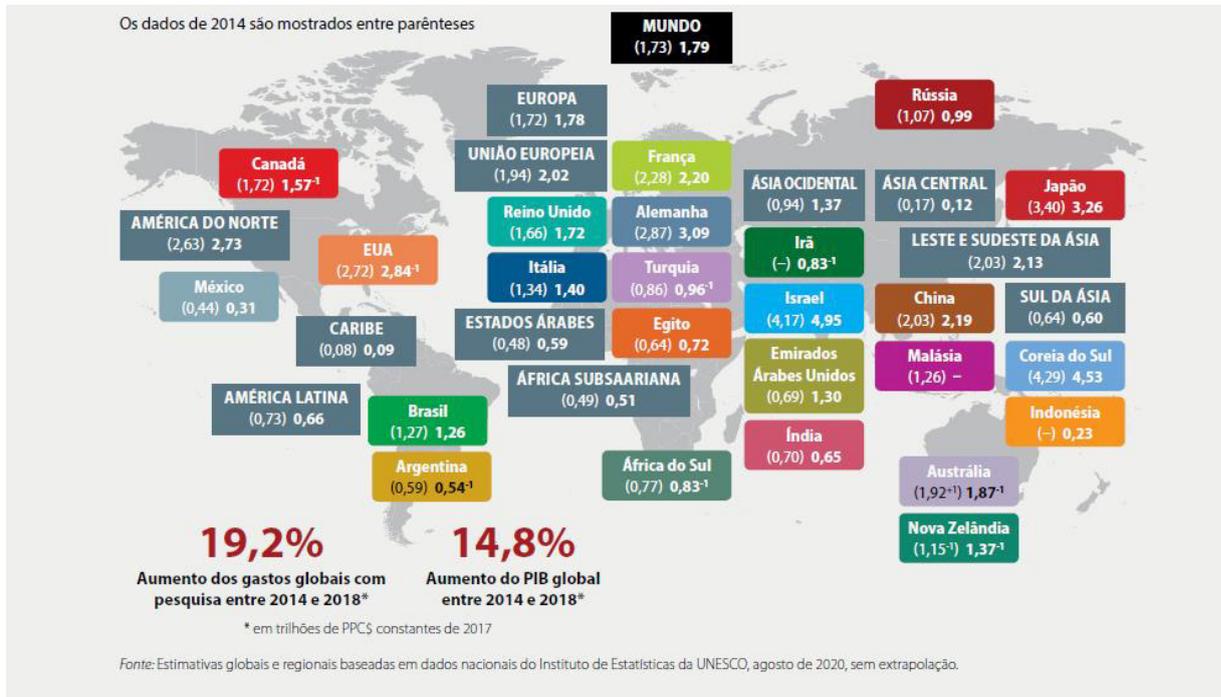
Nessa perspectiva, tanto as universidades do centro e da periferia do capitalismo são desafiadas a darem resultados em relação a inovações, pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias. Contudo, para as universidades dos países subdesenvolvidos essa é uma missão quase impraticável, por ter que superar todas as suas deficiências, e além disso, dominar um saber que se amplia cada vez mais, ou ver aumentar progressivamente sua defasagem em relação às universidades das nações dos países desenvolvidos (RIBEIRO, 1969).

Após mais de cinquenta anos da primeira edição do seu livro “A Universidade Necessária”, pode-se dizer que essa análise ainda é atual. É o que indica o Relatório de Ciências da Unesco, intitulado “A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente” lançado em 2021.

Um dos índices para indicar isso é o investimento realizado pelos países em pesquisa e desenvolvimento como proporção do PIB. De acordo com o relatório da UNESCO, apesar do aumento dos gastos globais de 19,2% entre 2014 e 2018, oito em cada dez países ainda destinam menos de 1% do seu PIB à pesquisa, dessa forma, esses países continuam a receber tecnologias

e conhecimentos científicos do exterior.

Figura 01 – Investimento em pesquisa e desenvolvimento como proporção do PIB, por região e países selecionados, 2014 e 2018

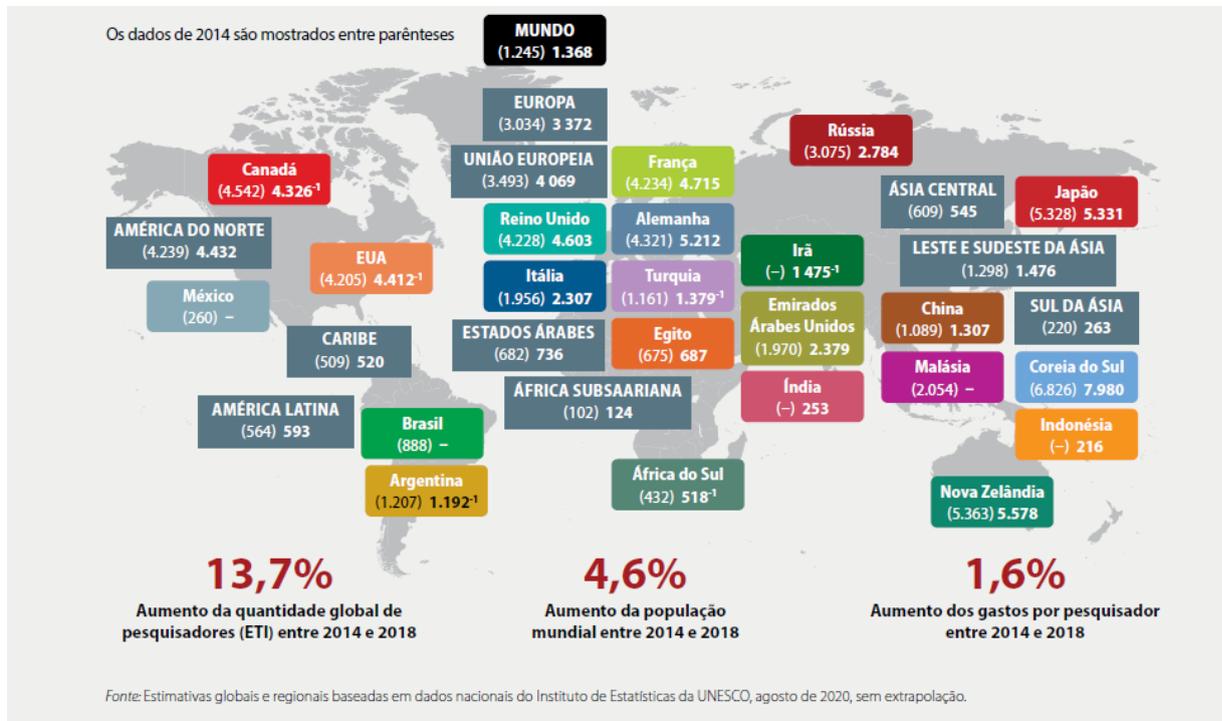


FONTE: Relatório de Ciências da Unesco (2021)

Na América Latina em 2018, apenas 0,66% do PIB foi destinado a pesquisa e desenvolvimento, uma redução em relação a 2014 quando o investimento foi de 0,73% do PIB. Valor muito inferior à média no mundo que em 2018 foi 1,79%, ficando ainda mais distante da média de potências como Alemanha (3,09%), EUA (2,73%) e França (2,20%), por exemplo. Evidenciando a dificuldade das universidades latino-americanas a se equipararem com as universidades dos países desenvolvidos.

Um outro índice que nos ajuda a visualizar esse atraso das nossas universidades é de pesquisadores por milhão de habitante. Enquanto na América Latina temos 593 pesquisadores por milhão de habitantes, a média mundial é mais que o dobro, com 1.368. E em países como Coreia do Sul, com 7.980; Alemanha, com 5.212; Japão, com 5.331; Estados Unidos, com 4.412, que são conhecidamente referências em pesquisa e desenvolvimento, possuem números ainda mais distantes da realidade latino-americana.

Figura 02 – Pesquisadores em tempo integral por milhão de habitantes, por região e países selecionados, 2014 e 2018



FONTE: Relatório de Ciências da Unesco (2021)

Compreender esse aspecto é relevante pois nos auxilia a entender o nível de desenvolvimento da pesquisa nos países. Além disso, pode nos revelar deficiências na formação de cientistas nos países com menor concentração de pesquisadores, ocasionada seja pelo difícil acesso ao ensino superior, pela evasão dos estudantes nas universidades ou até mesmo pela falta de incentivos da população com ensino superior ingressar na carreira científica.

Um outro fator que pode explicar esse processo é a chamada “fuga de cérebros”. Segundo uma pesquisa realizada em 2009 pelo Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), a América Latina e o Caribe é a região com maior proporção de profissionais qualificados vivendo em países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), passando de 1,92 milhão de profissionais formados em 1990 para 4,9 milhões em 2007¹.

Apesar da dificuldade em se mensurar o tamanho desse processo pois não há dados oficiais sobre o tema, cada vez mais cientistas brasileiros têm notado um aumento considerável de jovens que pesquisadores que partiram do país ou planejam fazer isso em breve². Para o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, esse processo “mata” o futuro

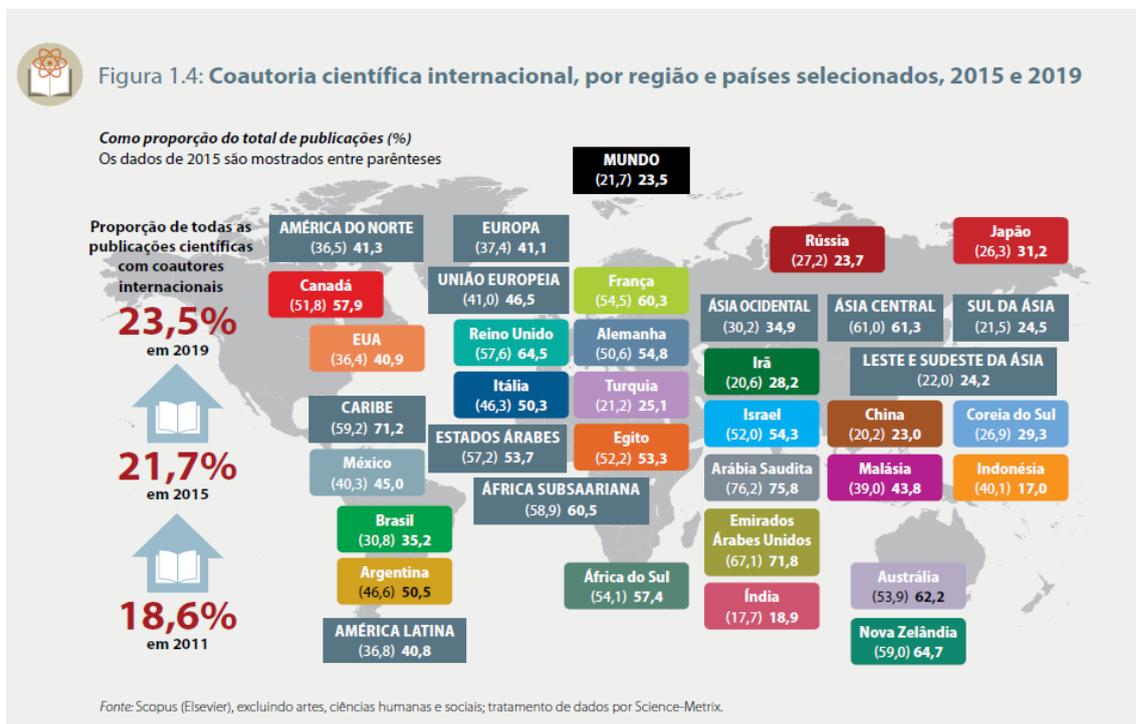
¹ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090622_brainrain_pu

² <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57419393>

sustentável do país, além disso “Esse pessoal vai realizar fora do país o investimento que o Brasil fez, em bolsas de pesquisa, mestrado ou doutorado, para educá-los. O Brasil está dando esses jovens de presente para outros países. E é um grande presente receber um pesquisador formado”³.

Esse tema mostra a precariedade das nossas universidades. Onde cada vez mais cientistas formados pelas universidades da América Latina abandonam suas pesquisas por falta de estrutura necessária e financiamento, e acabam indo para outros países para dar prosseguimento aos seus trabalhos ou invés de continuar fomentando a ciência em seus países de origem.

Figura 03 – Coautoria científica internacional, por região e países selecionados, 2015 e 2019



FONTE: Relatório de Ciências da Unesco (2021)

Contundo, apesar das dificuldades e dos aspectos que limitam o avanço da pesquisa e desenvolvimento na América Latina, observamos que a produção científica aqui realizada destaca-se por sua relevância. Na América Latina, 40,8% dos artigos produzidos possuem coautoria e menções em outros países, enquanto a média no mundo é de apenas 23,5%. Esse indicador evidencia o potencial de desenvolvimento científico que as nossas universidades

³ Ibidem

possuem.

3.2 CRISE POLÍTICA

Para Darcy Riberio a crise da universidade latino-americanas também é política pois ao estarem:

inseridas em estruturas sociais conflituosas, estão sujeitas a expectativas opostas de setores que as querem conservadoras e disciplinadas, e de setores que aspiram a vê-las renovadoras e até mesmo revolucionárias. (P.8)

Podemos tomar como exemplo, para compreender essa ideia, o processo de independência e formação das repúblicas na América Latina. O surgimento da república não modificou as estruturas socioeconômicas da colônia, dessa forma, limitou-se a substituir autoridades da península ibérica por criolos⁴ representantes das oligarquias latifundiárias e da nascente burguesia comercial (TUNNERMANN, 2016)

Nessa perspectiva, segundo Hugo Aboites Aguilar (2015), três foram os principais fatores que impediram que a chegada à era republicana fomentasse reformas profundas nas universidades latino-americanas. O primeiro fator estava associado a herança colonial. Segundo Zanatta (2017),

de toda a herança do período colonial que a América ibérica deixou para a América Latina independente, a que mais influenciou a sua história talvez tenha sido o aspecto menos visível e mensurável: o imaginário social de caráter religioso que a plasmou e a impregnou até a medula. Esse imaginário fornecia os fundamentos sobre os quais a sociedade costumava organizar-se como comunidade orgânica, por sua vez entendida como reflexo de uma ordem divina revelada, e insuflava a convicção de que não havia distinção legítima entre unidade política e unidade espiritual, entre cidadão e fiel, entre esfera temporal e esfera espiritual. (p. 38-39)

A nova civilização que surgiu na América Latina após três séculos de colonização assimilou traços da civilização hispânica⁵, cujo elemento unitário e princípio inspirador residia na catolicidade, ou seja, sua missão política consistia na defesa e expansão do catolicismo (ZANATTA, 2017).

Dessa forma, essa herança colonial, como não poderia deixar de ser, penetrou nas universidades. Segundo AGUILAR (2015) na Venezuela por exemplo, há registros de que o

⁴ Que ou quem, embora descendente de europeus, nasceu nos países hispano-americanos e em outros originários de colonização europeia.

⁵ É necessária distinguir a situação da América hispânica, à época mais extensa, rica e povoada, da portuguesa, ainda pouco habitada e com concentração nas áreas litorâneas. Contudo, essa herança deixada pela colonização, segundo o autor, é comum a ambas.

bispo local que nomeava os catedráticos⁶ e obrigava os estudantes a estudar a vida de todos os santos e papas do cristianismo. Mesmo os processos de independência de países como Colômbia, Venezuela e Peru que foram acompanhados por esforços em atingir uma educação universal, laica, gratuita e voltada às questões latino-americanas, não conseguiram fazer com que estas ideias se enraizassem em suas universidades (AGUILAR, 2015).

O segundo fator está relacionado à condução da economia dos países por seus grupos dirigentes. Estes abdicaram da perspectiva de desenvolvimento dos seus países ao apostar em um modelo de lucros rápidos voltados para abastecer o mercado internacional com a produção de artigos de agropecuários e minerais, além do salitre e do guano, segundo Hugo Aboites Aguilar (2015):

Sujeita ao poder civil agroexportador, a universidade não pôde converter-se em um agente da promoção da ciência e da tecnologia para desenvolver uma indústria e uma agricultura locais, limitando-se a formar anualmente algumas dezenas de administradores, engenheiros e, sobretudo, advogados. (P.3)

E por fim, a constituição das repúblicas no países latino-americanos apenas alterou as condições de extrema subordinação em que viviam os mestiços, indígenas e antigos escravos negros, ao não incorporar esses grupos à sociedade através da educação, as universidades, portanto, continuaram sendo um espaço elitista, vinculada aos latifundiários, donos de minas e comerciantes. Esse processo impediu a universidade a pensar em si própria e no país, pois não levava em conta as demandas da maioria da população de seus países (AGUILAR, 2015).

Já no final do século XIX e início do século XX, a América Latina experimentou profundas mudanças nas formas de trabalho e no modo de vida da população, devido o início da industrialização e da urbanização na região. Essas transformações acarretaram em sucessivas crises culturais, econômicas e políticas, que somadas, deram forma a um cenário em que surgiu violentas manifestações sociais (ROMO, 2013).

Em consequência dessas mudanças, várias foram os movimentos populares em resposta à exploração dos trabalhadores e das comunidades indígenas-camponesas despojadas de suas terras, acarretando a participação de grupo e classes sociais antes excluídos a influenciar nas transformações do Estado. A partir disso, a transformação da educação se converteu rapidamente em exigência popular (AGUILAR, 2015).

Nesse cenário, a classe estudantil começa a impulsionar a utopia de uma outra universidade para a América Latina, surgindo daí experiências que tentaram superar a

⁶ Denomina-se cátedra a posição do professor de uma instituição de ensino superior que tem caráter contratual permanente.

contradição existente até então entre a ascensão e a reivindicação de educação de novos grupos urbanos e as arcaicas estruturas universitárias que serviam à antiga ordem de subordinação das maiorias (AGUILAR, 2015).

A experiência mais emblemática foi a ocorrida na Universidade de Córdoba em 1918 na Argentina. Iremos analisar essa experiência com mais profundidade na próxima sessão. Contudo, cabe ressaltar nesse tópico que mesmo a chamada Reforma de Córdoba tendo conquistado importantes vitórias, influenciado outros países a lutarem por uma dimensão latino-americana para suas universidades (WANDERLEY, 2017), esta sofreu com a crise política descrita por Darcy Ribeiro.

Após a implementação da primeira universidade nova da América Latina, a reforma passou a atingir as cidades argentinas até 1928, contudo, progressivamente essa experiência foi atingida pela contrarreforma. E com o golpe de Estado de 1930 na Argentina, onde foi instituindo uma ditadura inspirada no ditador italiano Benito Mussolini⁷, a reforma cairá de vez. A província de Córdoba até insurgiu contra o golpe, contudo foi derrotada rapidamente sofrendo intervenções⁸.

Esse é mais um exemplo que demonstra que a Crise Política, oriunda de uma sociedade conflituosa, impede que as universidades da América Latina se adotem projetos autônomos de desenvolvimento, pois as divergências de projetos dos setores sociais influenciam diretamente na sua atuação.

3.3 CRISE ESTRUTURAL

Para Darcy Ribeiro, a crise das universidades latino-americanas é estrutural pois os problemas por elas enfrentados já não conseguem ser resolvidos no quadro institucional vigente, sendo necessárias profundas reformas que as capacitem a aumentar suas matrículas, de acordo com as aspirações do ensino superior da população, ao mesmo tempo que eleve seus precários níveis de ensino e de investigação (RIBEIRO, 1969). Dessa maneira, a crise estrutural se instaura quando a

sociedade e a universidade divergem e andam em ritmo distinto, generalizando-se atitudes inconformadas que começam a pôr em causa tudo o que antes parecia aceitável, indagando de cada instituição e de cada forma de conduta se contribui a que

⁷ <http://memorialdademocracia.com.br/card/o-general-da-reserva-jose-felix-uriburu-sobe-ao-poder-e-decreta-estado-de-sitio-e-lei-marcial>

⁸ Ibidem

as coisas permaneçam tal como são ou se, ao contrário, contribui a que se alterem de acôrdo com as novas aspirações. (p. 35)

Nesse processo, em meio ao questionamento da atuação da universidade existem distintas perspectivas de como superar e equacionar o ritmo entre universidade e sociedade. Segundo WANDERLEY (2017), os autores costumam distinguir entre dois modelos amplos de reforma universitária: projetos tecnocráticos ou projetos autonomistas. O primeiro está centrado na ideia de que a educação é um instrumento para o desenvolvimento econômico e social, sendo assim, o papel da universidade é formar recursos humanos e prover know-how⁹ técnico e científico para a produção econômica.

Os defensores do segundo modelo, defendem que a universidade adote uma postura crítica na formação de lideranças e ciência apropriadas à nação, lidando com questões políticas e participando nas análises e decisões sobre os modelos de desenvolvimento (WANDERLEY, 2017).

Nessa perspectiva, iremos analisar dois processos reformistas ocorridos na América Latina, que se aproximam em maior ou menor desses modelos. O primeiro a ser analisada é a Reforma Universitária de 1969 no Brasil que se aproxima do projeto tecnocrático. A segunda é a Reforma de Córdoba, mais relacionada com o projeto autonomista.

3.3.1 Reforma Universitária de 1968 no Brasil

Para analisar esse episódio que marcou profundamente o ensino superior brasileiro é importante compreender a origem destas instituições no Brasil. Segundo COELHO e VASCONCELOS (2009), o surgimento das instituições de ensino superior no Brasil é tardio e tiveram um lento desenvolvimento.

Para verificar isso basta notar que mesmo no período colonial, na América espanhola foram estabelecidas 32 universidades, sendo as primeiras ainda em 1551 no Peru e no México (AGUILAR, 2015), enquanto as primeiras instituições de ensino superior no Brasil surgiram somente em 1808 com a vinda da família real portuguesa para a colônia, vale salientar que estas instituições tinham um caráter meramente profissionalizante. À época se tinha uma compreensão de que “a criação da Universidade não respondia a qualquer necessidade real do

⁹ Termo em inglês que significa literalmente "saber como". Know-how é o conjunto de conhecimentos práticos (fórmulas secretas, informações, tecnologias, técnicas, procedimentos, etc.) adquiridos que traz para si vantagens competitivas.

Brasil” (Da Silva e Pereira Soares, 1992).

Somente na década de 30 surgiu a primeira universidade consolidada no Brasil, a Universidade de São Paulo (USP), integrando faculdades e escolas preexistentes (AGUILAR, 2015). Essa instituição ao contrário do ideário de ensino superior na colônia, foi criada objetivando alcançar objetivos bem nítidos.

Após a derrota da Revolução de 1932, a elite cafeeira de São Paulo vê na criação dessa instituição uma forma de se reposicionar e retomar a liderança dos rumos do país. A proposta para essa universidade era a de formar uma elite capacitada que pudesse liderar o país, através de uma educação mais abrangente e moderna, com fomentos à ciência e à tecnologia¹⁰.

Já na década de 50, com a aceleração do ritmo de desenvolvimento no país, provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e com às várias transformações que ocorriam, simultaneamente, tanto no campo econômico quanto no sociocultural, surge, de forma mais ou menos explícita, a compreensão, por vários setores da sociedade, da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil (FÁVERO, 2006).

O início da década de 1960 no Brasil houve um intenso movimento com o objetivo de reformar o sistema universitário, marcado com a participação dos docentes, pesquisadores e do movimento estudantil. A participação dos docentes representava os anseios dos cientistas e de jovens pesquisadores que haviam estudado no exterior, em transformar o país em um lócus de produção de conhecimento científico, dessa forma, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se constituiu um importante fórum de reivindicações. Somado a isso, o movimento estudantil realizou uma série de seminários sobre a reforma universitária, nos quais criticava o caráter elitista do ensino superior e denunciava o regime de cátedras vitalícias, indicando a necessidade de realização de concursos públicos para a admissão de professores e lutava por currículos atualizados e pela ampliação da participação estudantil nos órgãos colegiados (MARTINS, 2009).

Um outro grande problema do ensino superior à época era a incapacidade de absorção dos estudantes aprovados nos vestibulares, o que mobilizava cada vez mais estudantes a se manifestar. Em 1960, 29 mil estudantes não conseguiram vagas nas instituições que haviam sido aprovados, número que cresceu para 162 mil em 1969, esse quadro acarretou em um constante foco de tensão social (MARTINS, 2009).

Nesse contexto, o governo militar se viu pressionado a formular uma reestruturação do ensino superior. Contudo, esse processo não foi construído de forma ampla com uma discussão

¹⁰ <https://jornal.usp.br/universidade/85-anos-de-criacao-da-melhor-universidade-da-america-latina/>

pública com o objetivo de construir uma universidade crítica de si mesma e da sociedade brasileira, mas ao contrário, a política educacional foi confiada a um pequeno grupo designado pelo poder central (MARTINS, 2009). Medidas foram adotadas pelo governo para assentar as bases da reforma, entre essas medidas, as seguintes merecem destaque: o plano de assistência técnica estrangeira firmado pelos acordos MEC/USAID¹¹; o Plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968).

Segundo FÁVERO (2006), a intervenção da USAID na América Latina é concebida como estratégia de hegemonia, e que se processou nos anos 60 sob três linhas de atuação: assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares. O movimento estudantil, liderado pela UNE, repudiavam esse acordo pois era,

considerados pelo movimento estudantil como sendo contrários à soberania nacional, proibitivos em relação à participação estudantil na definição da política educacional e orientadores da transformação do ensino gratuito em ensino pago. (SANFELICE, 1986, p. 169-170).

Os diagnósticos e as recomendações produzidas pelas análises solicitadas pelo governo produziram documentos com um alto grau de convergência. Eles defendiam que a educação superior deveria ter objetivos práticos e adaptar seus conteúdos às metas do desenvolvimento nacional, além disso, o sistema de ensino superior não poderia continuar atendendo a um público restrito, como vinha acontecendo. Propuseram assim a expansão do ensino superior, contudo, ao assinalar a falta de recursos, introduziram um princípio de expansão com contenção. O objetivo a ser alcançado era obter o máximo de atendimento da demanda com o menor custo financeiro (MARTINS, 2009).

Nessa perspectiva, entre as medidas propostas pela Reforma, com o objetivo de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, destacam-se: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação (FÁVERO, 2006).

Contudo, apesar dessas inovações propostas para o ensino superior, a reforma também trouxe consigo a abertura para o surgimento de um ensino privado que reproduziu o que Florestan Fernandes denominou o antigo padrão brasileiro de escola superior, em outras

¹¹ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

palavras, seriam instituições voltadas para a mera transmissão de conhecimento marcadamente profissionalizantes e distantes da atividade de pesquisa, e que pouco contribuem a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época (MARTINS, 2009).

Florestan Fernandes assim define a reforma realizada pelo governo militar:

É preciso que fique bem claro, de antemão, que entendemos a reforma universitária consentida como uma manifestação de tutela política e como mera panaceia. Não podemos aceitá-la porque ela não flui de nossa vontade, não responde aos anseios que animam as nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos. Complemento de dois decretos-leis de um Governo militar autoritário e expressão perfeita do poder que engendrou a constituição outorgada a Nação em janeiro de 1967, ela representa uma contrafação de nossos ideais e de nossas esperanças. A ela devemos opor a autêntica reforma universitária, que nasce dos escombros de nossas escalas e da ruína de nossas vidas, mas carrega consigo a vocação de liberdade, de igualdade e de independência do povo brasileiro.” (FERNANDES, 1974, p. 969)

A partir dessa análise de Florestan, pode-se compreender que apesar da reforma proposta pelo governo militar ter como objetivo o desenvolvimento econômico do país a época, esta não conseguiu se concretizar em uma reforma de caráter autonomista, pois não foi uma reforma que conseguiu engendrar os anseios e as aspirações nacionais e de transformação social.

3.3.2 Reforma de Córdoba

A chamada Reforma de Córdoba é considerada um marco na história das universidades latino-americanas. Por ter sido um processo pioneiro na construção de um novo modelo institucional que atribuiu uma identidade e uma atuação renovada do ensino superior. O manifesto de 21 de junho de 1918 do movimento estudantil de Córdoba, tinha como um dos seus desafios pensar e construir uma universidade a partir da realidade da América Latina. Esse era um grande desafio, tendo em vista a história das instituições europeias que se estabeleceram em solo americano, marcadas por polêmicas relacionada à existência de especificidades em tais instituições, em um lugar diferente de suas origens (NETO, 2011).

Para analisar um processo de reforma universitária como o de Córdoba que teve um alcance continental, é necessário segundo Neto (2011) não cair em dois equívocos. O primeiro equívoco é realizar uma análise restritiva, ou seja, concentrar as atenções apenas em aspectos acadêmicos mais imediatos da luta estudantil. O segundo é pensar a mobilização estudantil de

Córdoba como simplesmente uma reação às questões internacionais, a crítica ao imperialismo e a situação política da Argentina. Entre essas duas abordagens há demandas imbricadas que conjuntamente mobilizaram e deram força ao movimento reformista.

Dos condicionantes externos que fomentaram a mobilização estudantil podemos elencar: a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a Revolução Mexicana. Segundo WANDERLEY (2017),

A guerra acentuará o sentimento nacional e o desejo de romper com o passado europeu que marcou decisivamente o caráter das elites da América Latina e a nossa estrutura socioeconômica e política. Com a Revolução Mexicana, a consciência nacionalista alcança o seu ápice, floresce uma visão americana a partir daquela experiência vitoriosa, e ela se expandirá em forma de uma ideologia para os setores médios na esperança de um renascimento cultural do continente. E a Revolução Russa romperá com o ceticismo que marcava a civilização ocidental, trazendo a certeza de novas possibilidades históricas. (P.16)

Para Darcy Ribeiro (1969), o ideário da reforma correspondeu ao momento histórico no qual as elites da América Latina começaram a tomar consciência do caráter auto perpetuante de seu atraso em relação às outras nações e das responsabilidades sociais da universidade, dessa forma, a reforma veio para reclamar uma modernização que a tornasse mais democrática, mais eficaz e mais atuante em relação à sociedade.

Em relação aos condicionantes internos que fomentaram a mobilização estudantil pela reforma: verificamos que a Universidade de Córdoba ainda preservava início do século XX características do período colonial. Uma das principais marcas da cidade e universidade era o conservadorismo, devido sua forte ligação com os jesuítas¹² e a resistência promovida a mudanças de procedimentos durante o período das lutas pela independência. Mesmo durante o estabelecimento da República na Argentina, as ações que pretenderam modernizar a Universidade de Córdoba tiveram impactos reduzidos. Em nome da tradição da mais antiga instituição superior argentina as mudanças eram mais formais e não abalavam as estruturas vigentes, nem os métodos de ensino e de organização política (NETO, 2011).

O movimento reformista ganhou espaço justamente por contrapor-se a essa instituição mais tradicional e distante dos ideais dos estudantes (NETO, 2011). O movimento queria mudar essa estrutura arcaica da universidade e apontavam que algumas universidades fora de Córdoba já eram centros de discussão sobre questões científicas modernas, sobre questões políticas e

¹² Os jesuítas ou a Companhia de Jesus, é uma ordem religiosa vinculada à Igreja Católica que tinha como objetivo a pregação do evangelho pelo mundo. Essa ordem religiosa foi criada em 1534 pelo padre Inácio de Loyola e foi oficialmente reconhecida pela Igreja a partir do papa Paulo III em 1540.
< <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-eram-os-jesuistas.htm>>

sociais, mas que a de Córdoba ainda permanecia conservadora (PEREIRA, 2019). Nessa perspectiva, as reivindicações iniciais do movimento:

“foram limitados e de fundo gremial, ganhando densidade com a participação estudantil na campanha eleitoral para reitor, na qual tiveram seu candidato derrotado sob forte pressão do aparato eclesiástico. A derrota trouxe uma radicalização, as reivindicações adquiriram um cunho mais político, buscando-se a obtenção de mais aliados e atravessando as fronteiras da província. Os estudantes elaboraram um documento (21 de junho de 1918), que se transformou no “Documento Preliminar” da reforma universitária, assinado pela direção da Federação Universitária de Córdoba e redigido por Deodoro Roca, em que sobressaem a inserção do movimento como parte do contexto latino-americano e o traço anticlerical.” (WANDERLEY, 2017, P. 17)

Dentre os objetivos estabelecidos pelo manifesto, estavam as reivindicações em torno da liberdade de cátedra, onde estudantes defendiam a possibilidade do ensino de diferentes correntes de pensamentos e tendências ideológicas e que eles mesmos pudessem expressar ideias filosóficas, científicas, sociais e políticas, sem repressões. Além da ênfase de uma Universidade mais democrática, com a inserção de processos mais participativos, assim, várias as questões apontadas, como: a participação dos alunos na governança da universidade; eleições paritárias; governo de cogestão; ampliação do acesso à universidade; assistência social a estudantes carentes; gratuidade; luta contra ditadura e imperialismo (PEREIRA, 2019).

O movimento reformista ainda reivindicou outras pautas. Como a necessidade da universidade estar mais voltada para a sociedade e buscar soluções para as suas questões, para os grandes problemas da sociedade, sendo uma forma ainda que limitada para compreender a função da extensão (PEREIRA, 2019). Além disso, houve uma demanda econômica, a qual ligou a reforma ao sistema econômico, quando houve reclamos para adequar a educação superior às exigências do crescimento da economia capitalista (WANDERLEY, 2017).

Acima de tudo, o Manifesto de Córdoba, conclamava por uma unidade latino-americana, desejando que os demais estudantes latinos ampliassem a luta em defesa da universidade sul-americana e em defesa da construção de um pilar educacional para a integração latino-americana (PEREIRA, 2019). Dessa forma, depois da crise, os estatutos incorporaram as reivindicações estudantis, e após uma luta de vários meses, com o apoio no liberalismo das classes médias, no sindicalismo e nos partidos de esquerda, o movimento estudantil fazia nascer a primeira universidade nova da América Latina (WANDERLEY, 2017).

A partir da exitosa experiência de Córdoba, algumas reflexões podem ser realizadas. Mais de um século depois muitas das reivindicações desse movimento ainda são atuais nas universidades da América Latina. Apesar de reconhecidos avanços, no Brasil, por exemplo, ainda não se conhece uma universidade com eleições paritárias (PEREIRA, 2019). Além disso,

há pouco tempo conhecemos políticas que ampliaram o acesso às universidades e criaram políticas de assistência social aos estudantes, mas que ainda não contemplam todos os estudantes e possuem uma série de contradições.

Outro aspecto relevante a se notar é a inserção social da universidade e a sua atuação em relação a resolução de problemas sociais. Apesar da falta de incentivos, os docentes e discentes se reinventam para que a universidade não se fechasse em si mesma, nesse processo, tem construído a pesquisa-ação e extensão universitária.

Nessa perspectiva, a ausência de algumas conquistas tem garantido a permanência das reivindicações da Reforma de 1918 nas lutas dos estudantes latino-americanos. Passado um século, os estudantes ainda verificam que muitas das reivindicações trazidas pelo movimento de Córdoba, a despeito de todo desenvolvimento científico, cultural, educacional e tecnológico, são propostas pelas quais vale lutar e efetivar conquistas (PEREIRA, 2019).

3.4 CRISE INTELECTUAL E IDEOLÓGICA

Por fim, Darcy Ribeiro assinala que dentro da crise múltipla enfrentada pelas universidades da América Latina, estas sofrem com aspectos intelectuais e ideológicos. Os primeiros são “representados pelo desafio de estudar melhor a própria universidade a fim de conhecer, precisamente, as condicionantes a que está sujeita e os requisitos para sua transformação.” (RIBEIRO, 1969, P.8-9).

No Brasil, por exemplo, o século passado foi marcado por uma série de intensos debates acerca dos rumos da educação e seu papel na superação do atraso e do subdesenvolvimento nacional. Nos anos 1920, a Sociedade Brasileira de Educação promovia conferências e debates, acerca da importância da educação pública como caminho para o desenvolvimento, já na década de 1960 o debate em torno da reforma universitária se encontrava presente em vários ambientes intelectuais e políticos no país (SCHWARTZMAN, 2008), além disso, em 1988 como fruto de grandes debates na sociedade, a chamada Constituição Cidadão instituiu o acesso universal à educação.

Nessa perspectiva, contudo, segundo Simon Schwartzman, esses debates, principalmente em relação a questão das universidades parecem ter esmaecido. Segundo ele o problema universitário só ganha destaque em meio aos problemas políticos, onde se encontram de um lado pessoas que defendem que estudantes devem apenas estudar e professores somente ensinar; de outro lado, os que dizem que ambos devem e podem fazer política. (SCHWARTZMAN, 2008).

Dessa forma, SCHWARTZMAN (2008, p. 58), afirma que apesar de este ser um problema real,

ele está longe de tocar os problemas mais sérios que existem no Brasil com seu sistema universitário: Que tipo de Universidade temos? Que tipo de gente ela vem formando? Que funções sociais ela desempenha? Que mudanças seriam necessárias quanto à sua estrutura didática, quanto à sua autonomia, quanto à filosofia pedagógica de seus cursos, quanto aos problemas de acesso de mais pessoas a seus benefícios, quanto à sua relação com outros setores da sociedade? É possível dizer que poucas pessoas têm se preocupado em pensar esses problemas no Brasil de hoje, fora da área estritamente educacional. Paradoxalmente, isso ocorre em uma época em que o sistema universitário atinge números nunca vistos de pessoas e os exames vestibulares são assuntos que paralisam as cidades.

Essa situação está estritamente relacionada com a crise ideológica identificada por Darcy. Essa crise está relacionada com a própria divergência em relação ao caráter das transformações necessárias às universidades, pois essas mudanças “podem contribuir para que a universidade opere, ainda mais eficazmente, como agente de conservação da ordem instituída, como para que se constitua em um motor da transformação da sociedade global” (RIBEIRO, 1969, P. 9)

Uma das causas dessa divergência pode ser explicada pela questão cultural. Para Wanderley (2017), no sistema capitalista há uma imposição de sua própria cultura que se “generaliza, em todos os lugares onde penetra, as suas relações, estruturas e processos, ao mesmo tempo que as formas de pensar e de agir dadas pelas exigências da produção e reprodução do capital” (P.21). Nessa perspectiva, nos países dominantes, segundo Wanderley (2017),

surgem explicações revestidas de armadura científica sobre os obstáculos e impedimentos que caracterizam os países dependentes e que os impedem de alcançarem os padrões ocidentais, ou seja, assimilar a cultura ocidental. Essa assimilação começa pela escolha e definição do que é mais importante estudar, pesquisar, ensinar, dentro e fora das universidades (P. 21)

Sendo assim, essa ideia é irradiada para dentro das universidades fazendo parte da cultura universal do capitalismo, e em consequência atinge grupos que constituem essas intuições. Estes grupos acabam por defender posições reflexas de desenvolvimento, ou seja, contribuem para que a universidade não atue para transformação social. Além disso, abdicam de compreender, formular e estruturar novos modelos com vista a um desenvolvimento autônomo seja para a universidade, mas também para a sociedade como um todo.

4. UNIVERSIDADE E O SUBDESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

A partir da análise e da compreensão das tensões derivadas da crise múltipla enfrentada pelas universidades latino-americanas, Darcy Ribeiro (1969) afirma que estas já possuem motivos suficientes para discutir sua própria forma e propor caminhos para a superação dos seus problemas. Nessa perspectiva, o autor reduz esses caminhos em duas políticas básicas, não só distintas, mas também opostas: a modernização reflexa e o crescimento autônomo.

A política da modernização reflexa é baseada na compreensão de que apenas certos aperfeiçoamentos ou inovações serão suficientes para que as universidades latino-americanas consigam se aproximar das suas congêneres mais adiantadas, até se tornarem tão eficazes quanto elas. Dessa forma, essa política não exige esforços especiais para ser efetivada, seja no campo da criatividade intelectual, seja no das relações externas da universidade, pois esta política aspira apenas reformular a universidade de modo a torná-la mais eficiente em sua função conservadora dentro das sociedades dependentes e sujeitas a espoliação neocolonial (RIBEIRO, 1969).

Sendo assim, por ser oposta, a política de crescimento autônomo objetiva:

transfigurar a universidade como um passo em direção à transformação da própria sociedade, a fim de lhe permitir, dentro de prazos previsíveis, evoluir da condição de um “proletário externo” destinado a atender as condições de vida e de prosperidade de outras nações, à condição de um povo para si, dono do comando de seu destino e disposto a integrar-se na civilização emergente como uma nação autônoma. (RIBEIRO, 1969, P.10)

Isso porque essa política parte do pressuposto de que a universidade, enquanto subestrutura inserida em uma estrutura social global, opera de forma a perpetuar as instituições sociais enquanto atua de forma espontânea. Dessa forma, a universidade só irá representar um papel ativo no esforço de superação do atraso nacional, se internacionalizar suas formas de existência e de atuação com esse objetivo. Por isso, essa política exige, ao contrário do desenvolvimento reflexo, o máximo de lucidez e de intencionalidade, tanto em relação à sociedade quanto à universidade.

Dessa forma, esse dilema é encarado da seguinte forma por Darcy:

cabe perguntar se será possível transfigurar a universidade, não por efeito de uma transformação prévia e revolucionária da sociedade, como sempre aconteceu, mas como uma antecipação que a transforme em alavanca de aceleração evolutiva. Esta questão geral traz implícitas várias outras mais concretas. Podem as nações subdesenvolvidas ter universidades desenvolvidas? Podemos financiar com os poucos recursos do subdesenvolvimento a implantação de melhores universidades? Que tipo de organização deve corresponder às universidades empenhadas na luta por um

desenvolvimento nacional autônomo? Será possível, com base na instituição do autogoverno e explorando as contradições da própria clientela universitária, reestruturá-la para servir antes à mudança que à preservação da estrutura social vigente? (RIBEIRO, 1969, P.15)

Em seu livro *A Universidade Necessária*, Darcy Ribeiro procurar responder esses questionamentos. Nessa perspectiva, para o autor as estruturas universitárias do mundo moderno sejam “subprodutos reflexos de um desenvolvimento social global que não se fez a partir da universidade para o qual ela contribuiu secundariamente (RIBEIRO, 1969, p 31), e além disso, segundo ele, esse desenvolvimento, seria o responsável pelo desenvolvimento das universidades ao provê-las de recursos e exigindo-as novos serviços (RIBEIRO, 1969). Contudo, nas nações subdesenvolvidas essa sequência deve ser invertida, ou seja, “é necessário criar uma estrutura universitária que não seja reflexo do desenvolvimento atingido pela sociedade, mas que seja ela um agente de aceleração do progresso global da nação” (RIBEIRO, 1969, P. 31-32).

E para Darcy Ribeiro essa é uma tarefa realizável:

já que as instituições sociais não somente contribuem para a manutenção das estruturas vigentes nas quais se encontram inseridas, mas também podem contribuir, em certas circunstâncias, para a alteração dessas estruturas, exercendo uma ação renovadora. Isto porque, os poderes de modelação da sociedade total sobre a universidade não são puramente mecânicos, mas admitem certas alternativas, como se pode ver pelo fato de que as universidades do mundo atingem graus muitos distintos de suficiência no cumprimento de suas funções fundamentais e apresentam, correlativamente, ampla gama de variações estruturais e funcionais. Isto justifica um esforço consciente para refazer as universidades tendo como meta dar-lhes a função adicional de não ser o reflexo do subdesenvolvimento geral, mas um dos motores de aceleração do desenvolvimento. (RIBEIRO, 1969, P.32)

Dessa forma, Darcy Ribeiro ao longo de sua obra desenvolve um modelo teórico de universidade que segundo ele atende melhor às exigências de desenvolvimento da América Latina, ou seja, uma estrutura universitária que atenda um projeto de crescimento autônomo, atuando como motor de transformação da sociedade nacional. Embora, para Darcy esse modelo sendo o da universidade necessária, é ao mesmo tempo um projeto utópico, isso por que

A universidade de que necessita a América Latina, antes de existir como um fato no mundo das coisas, deve existir como um projeto, uma utopia, no mundo das idéias. A tarefa, portanto, consiste em definir as linhas básicas deste projeto utópico, cuja formulação deverá ser suficientemente clara para que possa atuar como uma força mobilizadora na luta pela reforma da estrutura vigente. Deverá ter, além disso, a objetividade necessária para que seja um plano orientador dos passos concretos através dos quais se transitará da universidade atual à universidade necessária. (RIBEIRO, 1969, P.168)

Contudo, para Florestan Fernandes (2020) o modelo apontado por Darcy não é uma

saída possível para a realidade das nações subdesenvolvidas. Assim seria, caso estas pudessem ser expurgadas do seu passado colonial e do estatuto do colonizado. Florestan considera a análise de Darcy ambígua e confusa, pois segundo essa reflexão a universidade é chamada para manter e revigorar uma civilização que deveria ajudar a destruir, e ao mesmo tempo colaborar na criação de uma nova civilização oposta à civilização em crise.

E mais, Florestan (2020) caracteriza a obra “A universidade Necessária”, de forma irônica, como uma mensagem positiva e estimulante, pois

“É o recado típico da intelligentsia esclarecida, responsável e revoltada da periferia: da universidade faremos a própria base de nossa ação pedagógica revolucionária e liberadora. Por meio dela, mudaremos o ritmo da história e modificaremos o processo de transformação da civilização. Ela será o nosso instrumento na luta contra a colonização cultural e por novos valores de autonomia, em todos os níveis de organização da economia, da sociedade e da cultura. O que parece, à primeira vista, um diagnóstico pessimista e amargo, é, no fundo, uma mensagem de fé nos homens, nas instituições e na sua história: a universidade do terceiro mundo fará a revolução cultural do terceiro mundo. O subdesenvolvimento gera o seu contrário; no caso, a universidade subdesenvolvida gera a universidade autônoma, liberadora e revolucionária que a história exige” (P.385)

Nessa perspectiva, Florestan discorda da possibilidade de se constituir uma universidade para o desenvolvimento, ou melhor, para superar o subdesenvolvimento na América Latina. Segundo ele “toda universidade produz consequências dinâmicas e certa espécie de rendimento, relacionando-se, assim, com o padrão e o ritmo do desenvolvimento da sociedade global (FERNANDES, 2020, P.183). Compreendemos assim, para que haja a construção de uma universidade com vista à superação do subdesenvolvimento é necessário que, concomitante a essa transformação, a sociedade como um todo também esteja empenhada na superação do seu subdesenvolvimento.

Sendo assim, para Florestan se torna “evidente que a democratização da renda, da estrutura social e do poder, forjaria uma infraestrutura econômica, social e cultural capaz de eliminar o padrão tradicional de escola superior e de conduzir à elaboração de uma universidade integrada e multifuncional¹³” (FERNANDES, 2020, P.182). Contudo, não são todas as mudanças que acarretam em estruturas universitárias integradas e multifuncionais, ou seja, é necessário identificar o caráter dessas mudanças.

Para Florestan “crescer”, nos países subdesenvolvidos, “implica “reconstruir”, dentro de condições pouco favoráveis quanto à disponibilidade de meio financeiro, institucionais ou humanos e à sua utilização eficiente” (FERNANDES, 2020, P.156). Nessa perspectiva, mesmo um crescimento espontâneo representar, para Florestan, grandes efeitos, estas alterações não

¹³ Florestan assim denomina a universidade que faz uma contraposição as Universidades Isoladas no Brasil.

pressupõem mudanças quantitativas e qualitativas ao nível da expansão e da diferenciação das universidades (FLORESTAN, 2020).

Além disso, alterações dramáticas na organização da economia, da sociedade, e da cultura que possuem limites específicos, fixadas pelo desenvolvimento dependente, apesar de representarem uma base para mudanças institucionais, e até mesmo para profundas mudanças educacionais, não conseguem construir uma universidade suscetível de romper com a situação de dependência e de superar o subdesenvolvimento (FLORESTAN, 2020). Ou seja, ambas as perspectivas de desenvolvimento exemplificadas pelo autor, geram apenas um tipo de crescimento dependente. Sendo assim, para Florestan:

Para livrar-se dessa limitação, que se corporifica historicamente em torno de destinos nacionais indesejáveis, as nações subdesenvolvidas têm de apelar para soluções e recursos políticos. O que significa adotar e pôr em prática formas socialmente conscientes e racionais de atuação societária. Na esfera da educação escolarizada e, em especial, da criação de novos modelos institucionais de universidade, isso envolveria a passagem de um estado de passividade e de imobilismo para um estado de atividade criadora, conscientemente orientada através de interesses e objetivos nacionais. Nessas condições, a universidade seria posta a serviço do desenvolvimento, em vez de entrar em seu passivo; e contaria com meio para influenciá-los estrutural e dinamicamente, imprimindo, continuidade, intensidade e eficácia ao seu impacto sobre a autonomia como processo histórico-cultural (FERNANDES, 2020, P. 183)

Evidenciamos, mais uma vez, uma das divergências entre Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, enquanto o primeiro via a possibilidade de partir da universidade um impulso transformador que serviria de motor para superação do subdesenvolvimento, o segundo vê a necessidade de primeiro haver um impulso político para que assim a universidade possa ser colocada a serviço do desenvolvimento, em outras palavras, a universidade estaria inserida enquanto agente de transformação dentro de um plano maior de desenvolvimento da sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender se as universidades latino-americanas podem constituir a partir delas próprias um motor de superação do subdesenvolvimento, já que estas instituições tem reconhecidamente um grande potencial de fomento ao desenvolvimento e a transformação social. A importância desse tema para a sociedade se torna nítido a partir do momento em que se compreende a necessidade de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos.

Na primeira parte do trabalho verificou a evolução histórica das universidades, que passaram de instituições descomprometidas com o desenvolvimento das sociedades, fomentando um saber desinteressado, ao surgimento da universidade moderna, com um novo paradigma acadêmico, tendo como objetivo o progresso das sociedades. Além disso, ao analisarmos as novas estruturas dessa nova universidade, verificamos que cada modelo universitário correspondeu aos anseios de suas respectivas nações.

Visualizamos que os modelos francês e inglês, foram estruturas para corresponder aos anseios das suas classes dirigentes, embora inicialmente não representassem avanços significativos no domínio tecnológico, como fizeram as modelos da Alemanha e EUA. Já esses últimos, que entraram na esteira da revolução industrial com certo atraso, tiveram seus modelos estruturados a partir da perspectiva de um esforço intencional para realizar um processo de renovação e domínio tecnológico.

Em seguida, buscamos avançar na compreensão das universidades na América Latina a partir da Crise Múltipla enfrentada por estas, onde verificamos uma série de limitações que as impedem de encampar um projeto de crescimento autônomo, como descreve Darcy Ribeiro. Contudo, de forma sintética podemos afirmar que as várias dimensões dessa crise nos indicam que aspectos externos à universidade predominam em seus rumos. Desde a questão do financiamento, analisado na crise conjuntural, passando pela análise da sociedade conflituosa e seus impactos na história da universidade latino-americana, verificada na crise política.

Mesmo em um projeto que propõe uma renovação da universidade, indo ao encontro de um plano de crescimento autônomo, que foi a experiência do movimento reformista de Córdoba, logo foi descontinuada pelo golpe e ascensão do governo militar na Argentina.

E por fim, trouxemos a leitura de dois grandes pensadores brasileiros em relação a criação de uma universidade para romper com o subdesenvolvimento. De um lado Darcy Ribeiro, embora admita que as universidades são subprodutos de um desenvolvimento global da sociedade, o autor defende que, inverter esse processo nas universidades latino americanas

é uma tarefa realizável. Isso através de ações renovadoras advindas de um esforço consciente por parte dos setores que compõem as universidades.

Já Florestan Fernandes não admite esse tipo de impulso transformador para as universidades. Pois para ele as nações subdesenvolvidas devem apelar para soluções e recursos políticos, para superar a perspectiva do desenvolvimento dependente. Sendo assim, a universidade pode sim contribuir para a superação do subdesenvolvimento, contudo, sendo posta a serviço do desenvolvimento, orientada através de interesses e objetivos dentro de um plano de desenvolvimento nacional de forma socialmente consciente e racional de atuação societária.

Nessa perspectiva, pode-se compreender que as universidades não são por si só motores do desenvolvimento, eles estão congruência aos planos e objetivos de desenvolvimento da sociedade. Assim como ocorreu com a criação da Universidade de São Paulo, onde a elite intelectual paulista atuou de forma decisiva na criação de uma instituição capaz de forma líderes que conseguissem conduzir a nação, e de fato conseguiram, desde 1889, quando o Brasil passa, são contabilizados 41 presidentes; desses, 14 estudaram na USP¹⁴.

Sendo assim, para intervir mais efetivamente nos processos de transformação das sociedades as universidades devem reforçar as tendências a uma mudança intencional, de maneira a atender aos interesses do desenvolvimento nacional. Mas não de qualquer projeto de desenvolvimento, e sim, um projeto que atue de forma decisiva na superação das estruturas sociais conservadoras, e que possibilitem a construção de uma sociedade em que se coloque o ser humano em primeiro lugar. E mais, um projeto que possibilite trazer para dentro das instituições de ensino as demandas sociais do povo e seus anseios perante a universidade, colocando a academia a pensar essas questões respeitando seus acúmulos e o saber popular.

¹⁴ <https://jornal.usp.br/universidade/85-anos-de-criacao-da-melhor-universidade-da-america-latina/>

REFERÊNCIAS

- AQUILAR, Hugo. **Universidades**. Enciclopédia Latino Americana, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/u/universidades>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- BUARQUE, Cristovam. *A Aventura da Universidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 240 p. ISBN 8571390584.
- ALYRIO, Rovigati. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. 281 p. v. Único. ISBN 978-85-7648-465-3.
- COELHO, SINTIA; VASCONCELOS, MARIA. A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: O DESAFIO TARDIO NA AMÉRICA LATINA. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, Florianópolis/SC, p. 1-13, 27 nov. 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/37012>. Acesso em: 7 fev. 2022.
- DA SILVA, Pery Diniz; PEREIRA SOARES, Mozart. **Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- ECHEVARRÍA, JOSÉ. **Funções da Educação no Desenvolvimento**. In: DESENVOLVIMENTO, trabalho e educação. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. cap. 1, p. 17-63.
- FERNANDES, Florestan. **A Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 389 p. ISBN 9786599041646.
- FÁVERO, Maria. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, ed. 28, p. 17-36, 2006.
- MARTINS, CARLOS. A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E A ABERTURA PARA O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.
- MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. v. 311. ISBN 85-224-3397-6.
- MÜLLER, Hugo. A universidade necessária: desenvolvimento nacional e produção científica. **Rebela: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis/SC, ano 2020, v. 10, ed. 1, p. 163-169, 2020.
- NETO, José. **A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana**. Revista Ensino Superior Unicamp, 27 nov. 2011. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-reforma-universitaria-de-cordoba-1918-um-manifesto>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- PAULA, Maria. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social**, Rio de Janeiro, v. 14, ed. 2, p. 147-161, 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-20702002000200008>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702002000200008>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 276 p. ISBN 2695377670857.

SANTOS, BOAVENTURA. **A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. In: SANTOS, BOAVENTURA; ALMEIDA, NAOMAR. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. 1. ed. São Paulo: ALMEDINA, 2009. cap. 1, p. 13-106. ISBN 9724037215.

SCHWARTZMAN, Simon. **CIÊNCIA, UNIVERSIDADE E IDEOLOGIA: a política do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008. 207 p. v. 5. ISBN 978-85-99662-50-2.

SILVEIRA, ZULEIDE; BIANCHETTI, LUCÍDIO. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 21, ed. 64, p. 79-99, 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216405>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5nwmMdVFqY3SGtHJBSL6PYj/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

WANDERLEY, Luiz. **O que é Universidade: Primeiros Passos**. 1. ed. atual. São Paulo: Brasiliense, 2017. 87 p. ISBN 8511350748.

ZANATTA, Loris. **Uma breve história da América Latina**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2017. 339 p. ISBN 978-85-316-1408-8.

CASTANHO, S. Da Universidade modelo aos modelos de universidade. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2002. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/1394>. Acesso em: 24 dez. 2021.

SCHNEEGANS, S.; LEWIS, J.; T. Straza (Eds.). **Relatório de Ciências da UNESCO: A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente – Resumo executivo**. Paris: UNESCO Publishing, 2021.

SANFELICE, J.L. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964**. São Paulo: Cortez, 1986.

ERNANDES, Florestan. Os dilemas da reforma universitária consentida. **Revista Mexicana de Sociologia**, [S.l.], v. 32, n. 4, p. 967-1004, jul. 1970. ISSN 2594-0651. Disponible en: <http://www.revistamexicanadesociologia.unam.mx/index.php/rms/article/view/58207/51425> >. Fecha de acceso: 22 ene. 2022 doi:<http://dx.doi.org/10.22201/iis.01882503p.1970.4.58207>.

ROMO, A. D. As tensões contemporâneas da América Latina em perspectiva histórica. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 129–152, 2018. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v9i17.509. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/509>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PEREIRA, E. M. da A. A importância da Reforma de Córdoba para o contexto acadêmico latino-americano: cem anos de contribuição. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 5, p. e019037, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v5i0.8653900. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653900>. Acesso em: 23 jan. 2022.

TUNNERMANN, Carlos. **Breve historia del desarrollo de la universidad en América Latina**. In: La Educación Superior en el Umbral del Siglo XXI. Caracas: Editorial CRESALC, 1996.